

## Juventude, políticas públicas e contestação no Brasil

*Juventud, políticas públicas y disputa en Brasil*

*Youth, public policies and contestation in Brazil*

**Celene Tonella**

[celenetonella@yahoo.com.br](mailto:celenetonella@yahoo.com.br)

**Simone Dourado**

[simone.dourado890@gmail.com](mailto:simone.dourado890@gmail.com)

Universidade Estadual de Maringá, Brasil

### RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a relação da juventude brasileira com o tema das políticas públicas e as modalidades de contestação por ela experimentadas em período recente. A pesquisa que dá suporte a essa análise conta com levantamento da diversidade socioeconômica e demográfica deste grupo e reflete sobre as muitas maneiras de ser jovem no Brasil contemporâneo. Elencamos as formas de mobilização juvenis no século XXI, que ocorrem por meio de processos da democracia participativa. Por fim, abordamos como se estrutura o subsistema das políticas públicas destinadas aos jovens no Brasil. Os resultados apresentados indicam que a juventude brasileira é heterogênea, foi tardiamente reconhecida como sujeito de direito pelo estado brasileiro e que suas formas de participação política ocorrem pela contestação de rua, sem fortes vínculos com as instituições tradicionais, partidos políticos, movimento estudantil ou movimentos sociais. A metodologia adotada incluiu levantamento bibliográfico sobre como se conceitua a juventude brasileira, a arquitetura das políticas públicas voltadas a esse grupo e o quadro da participação dos jovens em espaços como a conferência nacional da juventude. Um dos resultados encontrados é que o reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos, no Brasil, é tardio, tem como marco a promulgação do Estatuto da Juventude em 2013 e relação com os movimentos contestatórios ocorridos neste mesmo ano. Além da conexão com as demandas apresentadas em diferentes espaços de participação que conduziram à criação do Conselho Nacional de Juventude e à realização de três importantes Conferências Nacionais da Juventude.

**Palavras-Chave:** Juventude; Políticas Públicas; Participação Política; Contestação.

### RESUMEN

El propósito de este artículo es discutir la relación de la juventud brasileña con el tema de las políticas públicas y las modalidades de contestación que experimentaron en un período reciente. La investigación que respalda este análisis incluye una encuesta sobre la diversidad socioeconómica y demográfica de la juventud brasileña y una reflexión sobre las muchas formas de ser joven en el Brasil contemporáneo. Enumeramos las formas de movilizar a la juventud brasileña en el siglo XXI, que ocurren a través de procesos de democracia participativa. Finalmente, discutimos cómo está estructurado el subsistema de políticas públicas para los jóvenes en nuestro país. Los resultados presentados indican que la juventud brasileña es heterogénea, fue reconocida tardiamente como un sujeto de derecho por el estado brasileño y que sus formas de participación política se producen a través de la demostración callejera, sin fuertes lazos con instituciones tradicionales, partidos políticos, movimientos estudiantiles o movimientos sociales. La metodología adoptada incluyó una encuesta bibliográfica sobre cómo se define la juventud brasileña, la arquitectura de las políticas públicas dirigidas a este grupo y el cuadro de participación de la juventud en espacios como la conferencia nacional de la juventud. Uno de los resultados encontrados es que el reconocimiento de los jóvenes como sujetos de derechos, en Brasil, es tardío, tiene como hito la promulgación del Estatuto de la Juventud en 2013 y la relación con los movimientos juveniles de oposición en ese mismo año, más allá las demandas presentadas en diferentes espacios de participación que condujo a la creación del Consejo Nacional de la Juventud y la celebración de tres importantes conferencias nacionales de la juventud.

**Palabras clave:** Juventud; Políticas públicas; Participación política; Contestación.

**ABSTRACT**

This article aims to discuss the relationship of Brazilian youth with the theme of public policies and the forms of contestation they experienced in recent times. The research that supports this analysis includes a survey of the socioeconomic and demographic diversity of Brazilian youth and a reflection on the many ways of being young in contemporary Brazil. We list the ways of mobilizing Brazilian youth in the 21st century, which occur through participatory democracy processes. Finally, we discuss how the public policy subsystem for young people in our country is structured. The results presented indicate that the Brazilian youth is heterogeneous, that they were belatedly recognized as a subject of law by the Brazilian state and that their forms of political participation occur through street protest, without strong ties to traditional institutions, political parties, student movements or movements social. The methodology adopted included a bibliographic survey on the way in which Brazilian youth is conceptualized, the architecture of public policies aimed at this group and the panorama of youth participation in spaces such as the national youth conference. One of the results found is that the recognition of young people as subjects of rights, in Brazil, were late and has as a landmark the promulgation of the Youth Statute in 2013 and is related to the youth's protest movements in that same year and to the demands presented by in different spaces of participation that led to the creation of the National Youth Council and to the holding of three important National Youth Conferences.

**Key words:** Youth; Public policy; Political Participation; Contestation.

Recibido: 09|09|21 - Aceptado: 19|12|21 - Publicado: 28|12|21

## INTRODUÇÃO

No Brasil, a juventude foi reconhecida pelo Estado como sujeito de direitos apenas em 2013, quando ocorreu aprovação do Estatuto da Juventude. A partir de então os princípios e as diretrizes das políticas públicas destinadas à população que têm entre 15 e 29 anos são assegurados por lei. O Estatuto foi promulgado em meio a diversas manifestações de rua que iniciaram em resistência ao aumento da tarifa de transporte coletivo e se ampliaram para uma diversificada pauta de reivindicações com questões-chaves para juventude brasileira como qualidade na educação, saúde, combate à corrupção e geração de empregos. É preciso considerar que, no Brasil, a ampla extensão do território, o quadro de diversidade cultural e de desigualdades sociais exige um esforço para demonstrar a existência de juventudes brasileiras, no plural.

Nesse artigo apresentamos um quadro da diversidade socioeconômica e demográfica da juventude e uma reflexão sobre as muitas maneiras de ser jovem no Brasil contemporâneo. Elencamos, ainda, suas formas de mobilização no século XXI, que ocorrem por meio de processos da democracia participativa e discutimos as políticas públicas destinadas aos jovens em nosso país. Assim, nosso objetivo é analisar a relação da juventude brasileira com o tema das políticas públicas e as modalidades de contestação por eles experimentadas em período recente. A pesquisa está ancorada em revisão da bibliografia sobre a temática juventude e políticas públicas e na investigação de documentos produzidos pelo executivo federal que possibilitam investigar a arquitetura das políticas voltadas para juventude que resultaram no Estatuto da Juventude em 2013, na formação do Conselho Nacional da Juventude e em três conferências nacionais que mobilizaram centenas de jovens.

## CONCEITUANDO JUVENTUDE NO BRASIL

Partimos da perspectiva de que é preciso romper com as representações correntes de juventude para que possamos entendê-la. No Brasil, a busca pela conceituação da juventude é empreendimento analítico cumprido por um número significativo de pesquisadores das mais diferentes áreas das ciências humanas e sociais (Diógenes 2009; Sposito e Carrano 2003; Sposito 2010; Takeiti 2011; Souza e Paiva 2012). Os cenários empíricos e as temáticas são variadas, mas há certo consenso analítico de que há muitas maneiras de ser jovem e em grande medida a diversidade está relacionada ao fato da sociedade brasileira ser marcada por profundas desigualdades sociais. Sáenz (2017) aponta que a articulação entre desenvolvimento econômico e funcionamento das democracias não garante automaticamente desenvolvimento humano e sustentável, que só pode ser efetivamente alcançado com a ação política organizada dos mais pobres. As desigualdades entre os jovens brasileiros têm provocado inúmeras ações políticas, as manifestações de junho de 2013 são um exemplo, outro são as recentes manifestações de rua empreendidas mesmo no contexto da pandemia de COVID-19, exigindo tratamento digno para juventude negra que além de sofrer com esse grave problema sanitário, precisa lidar com os abusos cometidos pela polícia.

Aproximadamente dois anos após o início da pandemia de COVID-19, temos conhecimento de que muitas mortes poderiam ter sido evitadas e que elas reproduzem a estrutura de desigualdades da sociedade brasileira. Pesquisadores da Rede de Pesquisa Solidária, ao analisar as mortes por COVID-19 para diferentes categorias de trabalhadores, afirmam que o grupo de mulheres negras, que ocupam os postos mais precários do mercado de trabalho, é o que tem maior risco de morte pela doença, confirmando que as desigualdades raciais e de gênero operam como marcadores da vulnerabilidade neste contexto também<sup>1</sup>.

Por iniciativa do Conselho Nacional da Juventude (Conjuve) foi feita a pesquisa *Juventudes e a Pandemia de Coronavírus* (2020) que, em seu relatório de junho, mostrou a persistência das

<sup>1</sup> Confira <https://jornal.usp.br/ciencias/mulheres-negras-tem-maior-mortalidade-por-covid-19-do-que-restante-da-populacao/>. Acesso em 18 dez. 2021.

desigualdades: os jovens negros são os mais afetados pela redução de renda pessoal e familiar durante a pandemia. Pesa sobre a juventude, também, o pessimismo em relação a melhora da economia e em relação a sua própria condição no mundo trabalho. Não é desprezível a informação de que quase metade dos jovens entrevistados, 49%, pensa em desistir de realizar o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) que, entre outras possibilidades, cria a chance de ingresso no ensino superior. Para a edição de 2021 o número de inscritos foi de pouco mais de 3 milhões de candidatos, o menor desde 2005 e muito distante dos quase 9 milhões de 2014. Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD, 2020) mostram que aproximadamente 3,8% das crianças e adolescentes brasileiros, na faixa etária de 6 a 17 anos, abandonaram a escola em 2020.

Adotamos a orientação de que é preciso falar de juventudes no plural. Aceitamos a definição de que essa categoria social não é obrigatoriamente demarcada pela idade. Como observam Souza e Paiva (2012: 353-354):

Não existe uma concepção social única que caracterize e delimite o grupo geracional no qual os jovens estão inseridos, visto que se trata de uma categoria em permanente construção social e histórica. Assim, cabe falar em diferentes juventudes, que possuem a construção da identidade como questão central, mas que se destacam no imaginário social a partir de múltiplas referências da sociedade (Souza e Paiva 2012: 353-354).

Gonzales e Guaresch (2008) produzem uma síntese dos usos dos conceitos de juventude no Brasil, lembrando aos pesquisadores do campo dos estudos geracionais que eles são sempre políticos e ganham suporte em razão de contextos históricos e sociais específicos. É preciso considerar, como advertem as autoras, que há, portanto, discursos relativos à juventude que são produzidos em cada época e que se aproximam mais ou menos dos seus modos de vida. No Brasil dos anos de 1960, os jovens foram tomados como “futuro”. No final da década de 1960 se tornaram os “revolucionários”. Na segunda metade dos anos de 1980 viraram um “problema” em razão da crise econômica que teve desdobramentos significativos na organização do mundo do trabalho. Para essas analistas da juventude brasileira:

Assim, é possível ver que, para cada momento histórico, é apresentada uma ideia iconizada da juventude, que passa a valer, em âmbito geral, como o modelo de análise do jovem concreto em suas relações (...) O que queremos dizer com isso é que cada noção de juventude veiculada como sendo uma visão hegemônica do modo de ser jovem desconsidera a produção de sentidos e modos de ser engendrados no exercício do embate entre forças situadas e datadas em condições históricas e culturais de cada tempo; portanto, podem ser produzidas inúmeras e singulares formas de subjetivação ou modos de ser em cada momento específico (Gonzales e Guaresch 2008: 467).

Dessa forma, o estágio atual das pesquisas sobre juventude no Brasil aponta para sua formação plural, heterogênea e para as condições históricas da sua construção como agente social que exerce papéis sociais específicos e bem marcados na história política do país desde os anos de 1960 até a atualidade.

Como confirma uma pesquisadora da juventude no Brasil: “É preciso reconhecer que, histórica e socialmente, a juventude tem sido encarada como fase de vida marcada por uma certa instabilidade associada a determinados “problemas sociais” (...)” (Sposito 1997: 38). A vinculação da juventude como grupo a ser contemplado por políticas públicas específicas passa a ter maior visibilidade no final dos anos de 1980. O reconhecimento de que a juventude é a maior vítima da violência, do desemprego e de uma escola de péssima qualidade ganhou força e o movimento pela construção de políticas públicas específicas para esse grupo veio acompanhada de muitas análises que reiteravam a sua condição de grupo excluído, invisível e vitimado.

Entre o final dos anos de 1980 e início dos anos de 1990, a bibliografia indica que as políticas públicas voltadas para juventude guardavam a lógica da prevenção, do controle e do efeito

compensatório (Sposito e Carrano 2003; Diógenes 2009). Nesse período, Sposito e Carrano (2003) inventariaram 33 programas ou projetos federais que tinham como foco a juventude. Os autores sinalizam que os mais expressivos foram os desenvolvidos na área da saúde, visando à prevenção das Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs) e da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (AIDS), e no terreno da segurança pública, voltados para conter o que era nominado pelo poder público como uma “guerra” para frear as mortes violentas de jovens em razão do crescimento das redes de narcotráfico no Brasil.

No início dos anos 2000, mais precisamente em 2003, no início do primeiro governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foi instituída a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) por sugestão de um Grupo Interministerial, implementado em 2004 para fazer diagnóstico da juventude brasileira e dos programas do governo federal destinados a esse público. Em 2005 foram criados o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) e o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem). Esse segundo projeto foi tratado como uma ação emergencial de inclusão da juventude aos processos formais e continuados de escolarização. Inicialmente destinado a jovens de 15 a 24 anos que não concluíram o ensino fundamental. Em 2012 o Projovem foi transferido da Secretaria Nacional de Juventude para o Ministério da Educação. Ainda em 2005 o governo federal instituiu a Política Nacional de Juventude (PNJ).

Uma das últimas políticas voltadas para juventude brasileira é o Estatuto da Juventude, a Lei 12.852 de agosto de 2013, que considera jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Os efeitos políticos e conjunturais da criação do Estatuto ainda carecem de análises, mas essa lei vem ao encontro de uma intensa mobilização da juventude por reconhecimento da sua condição como sujeito de direitos.

Abordagens teóricas, como as de Pierre Bourdieu (1983), indicam que juventude é categoria social construída a partir de algumas arbitrariedades, como a que fixa uma faixa etária específica para esse grupo. Assim, as fronteiras entre a juventude e outras fases da vida é razão de disputa em todas as sociedades. Contudo, ao assegurar que, no Brasil, é jovem quem tem entre 15 e 29 anos é, também, reconhecer que até 2013 as pessoas que estão nessa faixa etária não tinham seus direitos reconhecidos por um marco legal específico (Amorim, 2011). Chama a atenção o fato de o Estatuto da Juventude ter sido promulgado após as manifestações e protestos de junho de 2013, quando milhares de pessoas ocuparam as ruas em vários pontos do país. Naquele momento, a juventude protagonizou acontecimentos que marcaram a vida política nacional.

Um dos principais jornais de circulação nacional, a Folha de São Paulo, publicou em sua primeira página, no dia 23 de junho de 2013, a seguinte manchete “*Milhares vão às ruas ‘contra tudo’, grupos atingem palácios*”. Os acontecimentos ganharam as manchetes dos meios de comunicações e receberam a chancela de “jornadas de junho”. Demarcadas as devidas distâncias, a referência são os acontecimentos imortalizados nas análises de Marx das jornadas de 1848 na França.

Teríamos nossas “jornadas”, que adquiriram as nuances da desigualdade e da injustiça social que marcam a sociedade brasileira. Como protagonistas desse movimento, encontramos os jovens urbanos que se contrapunham ao aumento das tarifas de ônibus e demandavam o “passe livre” (transporte sem custo e integralmente subsidiados por recursos públicos) para juventude, sobretudo, a que se encontra na condição de estudante.

O Movimento Passe Livre, foi inicialmente o responsável por convocar as manifestações iniciadas em 3 de junho de 2013 em São Paulo, a maior cidade brasileira. Esse movimento tem por auto definição ser apartidário, ainda que seus líderes e membros não se coloquem como antipardários.

A chave explicativa para refletir sobre a revolta da população em torno dos valores das tarifas de transporte coletivo está na compreensão de que, diante da escandalosa concentração de rendas que vigora no Brasil, o dinheiro para o transporte não é suficiente para garantir a livre circulação entre diferentes pontos das cidades, principalmente entre os que estão nas periferias e precisam acessar serviços e trabalho nas regiões centrais das cidades brasileiras. O trabalhador e o estudante ficam limitados em sua liberdade de ir e vir e o símbolo do movimento pelo passe livre se

tornou a catraca, equipamento colocado nos meios de transporte coletivo para fazer o controle de passageiros e registrar o pagamento pelos deslocamentos.

As mobilizações de rua deflagradas pelo *Movimento Passe Livre* em São Paulo e em outras capitais e cidades brasileiras foram acompanhadas de forte repressão policial, que contribuiu para desencadear manifestações mais amplas de luta por direitos e liberdade de expressão. O discurso se fez mais genérico e mais midiático, conforme avalia Scherer-Warren (2014).

O resultado foi o aumento exponencial do número de participantes e a multiplicação, em vários territórios urbanos, de manifestações autônomas, expressando solidariedades, mas também, frequentemente, antagonismos verbais e, às vezes, físicos entre subgrupos, devido à expressão de alinhamentos políticos e (ou) partidários em disputa. A manifestação, como “movimento”, se diluía na “multidão”, num sentido mais amplo.

A novidade foi assim descrita por Vainer, “(...) governantes, políticos de todos os partidos, imprensa, cronistas políticos e até mesmo cientistas sociais foram pegos de surpresa pelas manifestações de massa que mudaram a face do cotidiano de nossas cidades em junho” (Vainer 2013: 35). Outro elemento instigante trazido pelo autor é que, nos últimos anos, os movimentos sociais rurais conduziram as pautas dos movimentos populares. Havia unicidade na luta, enquanto as questões do meio urbano apresentavam-se fragmentadas tanto no território, quanto no que se refere aos segmentos sociais: mulheres, jovens, negros, Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgêneros (LGBTs) e outros. Em 2013, os protestos de rua no Brasil foram a expressão dessa fragmentação de segmentos.

A juventude brasileira, aquela que até 2013 não tinha seus direitos assegurados por um marco legal, como pontuamos acima, é a protagonista de um movimento que se inicia com uma questão imediata, o aumento do valor da passagem de ônibus e os protestos por redução ou anistia das tarifas, e se desdobra em reivindicações por um conjunto amplo de problemas relacionados à questão urbana no Brasil. Os jovens foram convocados pelas redes sociais e fizeram-se presentes demandando, principalmente, questões como melhoria na saúde, na educação e medidas contra a corrupção e levaram junto com eles segmentos diversificados. Houve convergência também na negação aos partidos políticos, as lideranças se descreviam como apartidárias, mas não apolíticas ou antipartidos. Entretanto, a postura resultou em resistência e agressões àqueles que se incorporavam aos protestos trazendo bandeiras e cores partidárias, em especial aos militantes simpáticos ao Partido dos Trabalhadores (PT) e agremiações de esquerda.

Cabe observar que uma característica das jornadas de junho de 2013 foi a reprodução das desigualdades que marcam a sociedade brasileira. Engrossaram as manifestações a classe média branca. Os trabalhadores não eram maioria entre os presentes, não foram protagonistas desse junho de 2013. A imprensa tornou-se ator político central, pois na cobertura dada às manifestações, reforçava determinadas pautas focadas em valores de combate à corrupção e negava os projetos de inclusão social implantados pelos governos do Partido Trabalhadores, que foi o responsável, uma década antes pela implementação de uma política especificamente voltada para juventude, cumprindo uma demanda dos movimentos sociais envolvidos com a temática desde o final dos anos de 1980, como indicamos acima.

A leitura midiática das manifestações de junho de 2013 colocou na berlinda o final do mandato de Dilma Rousseff, que já demonstrava sinais de dificuldades no campo econômico, por fatores de ordem interna e externa. As eleições de 2014, que tinham reconduzido a presidenta ao poder, foram muito polarizadas pelas rivalidades entre o seu partido (PT) e partidos que se opunham ao projeto petista, particularmente o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que governou o Brasil por dois mandatos, anteriores a vitória de Lula e do PT em 2002. As rivalidades que acompanham toda a história recente da democracia brasileira, após mais de duas décadas de ditadura militar, se reproduziram nas ruas e, em 2015, tivemos nova edição das jornadas de junho de 2013.

Em 2015 as manifestações de rua traduziam a polarização do campo político brasileiro e da sociedade que se dividia na adesão a movimentos pró e contra o governo de Dilma Rousseff. Os manifestantes foram convocados por diferentes grupos e compuseram parte da cena de crise política que no Brasil emergiu a partir do processo eleitoral de 2014, culminando no *impeachment*

da Presidenta, em agosto de 2016. Em 2018, a polarização da sociedade permaneceu e chegou ao poder o candidato da extrema direita, Jair Messias Bolsonaro.

Passados oito anos das primeiras “jornadas”, o balanço necessário é sobre se foram acontecimentos pontuais e isolados ou um grito por atenção para os problemas da juventude brasileira, insuficientemente tratados pelas políticas públicas, notadamente de educação, emprego, segurança, cultura e lazer. Segundo pesquisa de Barbosa e Kerbauy (2016) as reivindicações nas ruas eram por: fim da corrupção (40,3%); melhorias na saúde (24,6%); reforma política (16,5%); melhorias na educação (7,8%); melhorias no transporte público (3%) e melhorias na segurança (3,7%). Juntando as porcentagens de insatisfação com a corrupção por dentro do Estado brasileiro e por reforma política, quase sessenta por cento dos que foram às ruas expressavam insatisfação com os políticos e com a política. As insatisfações com a qualidade dos serviços públicos ficaram em segundo plano. Observa-se um primeiro movimento de insatisfação com os canais institucionais de participação e de canalização de demandas, pois as respostas foram insuficientes por parte de representantes e instituições. A apropriação da bandeira anticorrupção era a mais elaborada no imaginário coletivo. O envolvimento de políticos em práticas pouco republicanas e a forte campanha na grande imprensa de demonização da política criou cenário propício para que a bandeira anticorrupção se sobressaísse. Neste primeiro momento, deixaram à margem questões fundamentais, como a violência, que atinge principalmente jovens pobres da periferia. Uma explicação talvez esteja no fato de que essa juventude periférica não estivesse muito presente nesse conjunto heterogêneo de segmentos que ocuparam as ruas nas jornadas de 2013.

Até 2013, as manifestações ocorreram em contexto de pleno funcionamento das instituições democráticas. Espaços participativos foram criados, como o Conselho Nacional da Juventude, juntamente com legislação específica. Mas a efetividade das iniciativas se mostrou insuficiente diante das graves e complexas realidades que envolvem os distintos segmentos de jovens no Brasil. Contudo, o recente cenário da participação em protestos no Brasil precisa ser melhor conhecido (Scherer-Warren 2014).

Em prefácio na nova edição de seu clássico livro sobre os caminhos da democracia no Brasil, José Murillo de Carvalho avalia que as manifestações de 2013 teriam apresentado aos analistas dos processos participativos no Brasil a necessidade de aprimorar os instrumentos de observação. Segundo Carvalho (2014):

Um primeiro ponto é que as manifestações foram, sim, inéditas entre nós, pelo menos em quatro características: foram viabilizadas pelas redes sociais; não tinham lideranças claras, exceto no início; tornaram-se multifocadas após a ênfase inicial no custo dos transportes coletivos; e, finalmente, fugiram aos valores políticos vigentes (Carvalho 2014: 9).

A leitura de Carvalho (2014) informa sobre uma dificuldade que os analistas do campo da participação têm em monitorar os efeitos das políticas públicas sob as expectativas dos agentes sociais com ela envolvidos. Os beneficiários de determinadas políticas, destinadas a reduzir as desigualdades e promover a inclusão de parcela da população mais pobre, passaram a acessar melhorias, principalmente nos níveis de escolaridade e renda, e trilharam o caminho das lutas e reivindicações por mais melhorias. A expansão dos direitos sociais clássicos (saúde, educação e emprego) foram acrescidos, como evidenciaram as manifestações de 2013, aqueles relacionados à qualidade de vida nas cidades, algo de se esperar em uma sociedade majoritariamente urbana como a brasileira (Carvalho 2014: 11).

Na nossa percepção as análises sobre participação e protestos devem rumar para um encontro de tradições de pesquisas que coloque em diálogo os achados dessa área de estudos sobre participação e uma bibliografia robusta e consolidada no terreno dos estudos urbanos e regionais (Oliveira 2010), que nos informam, como faz Maricato (2000: 22), que se a urbanização da sociedade brasileira conduziu à modernização, ela não eliminou o Brasil arcaico, vinculado, sobretudo, ao agronegócio rural representado pela monocultura exportadora, modernamente representada pela produção das commodities. Cabe avaliar os efeitos da “tragédia urbana” que exige soluções e que nos coloca em grau de proximidade com outros países latino-americanos (Oliveira 2010; Maricato

2013) no que se refere aos efeitos perversos de uma explosão demográfica rápida e recente. A transformação de mais de 80% da população em moradores dos centros urbanos é fenômeno que se dá, no Brasil, desde 1940, mas se acentuou em 1970. O processo intenso de urbanização não ultrapassou, portanto, três décadas. Segundo Maricato (2013), mesmo com florescimento de uma política urbana como a que foi implantada pelos governos petistas, as cidades cresceram sob uma orientação “desastrosa” e o grande problema, na avaliação dessa urbanista, foi que as políticas urbanas não incluíram as necessárias reformas fundiária e imobiliária.

As recentes manifestações de rua da juventude negra brasileira e seus simpatizantes denunciam a força do racismo e da violência policial, acompanhando a pauta da luta antirracista que teve origem nos EUA com o assassinato de um homem negro por um policial branco e se projetou pelo mundo. Os movimentos de rua da juventude durante a pandemia de COVID-19 revelam, também, que a juventude periférica é afetada de inúmeras formas pelos processos de exclusão e segregação espacial, ocupando as periferias das grandes e médias cidades brasileiras.

## JUVENTUDE E DESIGUALDADE SOCIAL NO BRASIL: UM DESAFIO PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O Brasil tem quase 48 milhões de jovens, indivíduos que estão na faixa etária entre 15 e 29 anos de idade. Em 2020 eles são 23% da população brasileira. Nosso país cumpre assim um movimento internacional, pois as estatísticas mundiais mostram que em 70% dos países a juventude representa de 20% a 30% da população total (SAE 2013: 16). Segundo as projeções oficiais (SAE 2013: 20), a tendência é que o número de jovens se estabilize em 50 milhões no período que vai de 2003 a 2022 e que comece a declinar na sequência, até chegar em 2050 com uma redução de 15 milhões de pessoas. Sabemos que o tamanho da juventude importa, sobretudo, para planejar as políticas públicas para esse grupo etário que é, em grande medida, o responsável pelas configurações das diferentes dinâmicas socioeconômicas do país. No Brasil, o maior desafio é pensar mecanismos eficientes de permanência no sistema formal de ensino e redução das desigualdades de acesso à educação para jovens brancos e negros.

Aproveitar os que os demógrafos denominam por “janela de oportunidades demográficas” é decisivo para definir os rumos do desenvolvimento futuro. As janelas são abertas no momento em que os jovens (menores de 15 anos) e os idosos (60 e mais anos) possuem um peso pequeno nas suas populações. Como destaca Brito (2008: 17): “O aumento do tamanho absoluto e do peso relativo da população em idade ativa, em relação aos dependentes, jovens e idosos, do ponto de vista estritamente demográfico, pode ser considerado um fator positivo para economia”.

A redução da taxa de fecundidade e o aumento da longevidade humana caracterizam o fenômeno universal da transição demográfica. Esse fenômeno indica que a dinâmica do crescimento populacional é marca do século XX (Brito 2008). Ainda de acordo com Brito (2008: 7) a rotina é: primeiro ocorre redução da mortalidade e, depois, queda da natalidade. Contudo, os países vivem o fenômeno da transição demográfica de forma diferenciada.

No Brasil, o pressuposto de que os jovens e os idosos consomem mais do que produzem e que a população economicamente ativa produz mais do que consome, pode ser abalado pela seguinte situação da transição demográfica brasileira: por um lado, as ocupações precárias no mercado de trabalho, com alto grau de informalidade no emprego e pagamento de baixos salários à população economicamente ativa e, por outro lado, os maiores índices de crescimento demográficos estão entre os que integram a parcela da população mais pobre. É importante destacar que o bônus demográfico só pode ser aproveitado integralmente se as desigualdades sociais forem reduzidas. Por isso, os analistas apontam para necessidade de políticas públicas que pensem de forma articulada os diferentes grupos geracionais, ocupacionais e as diferentes regiões do país.

Nesse sentido é fundamental pensar políticas especificamente voltadas para juventude negra, que é protagonista de um triste e alarmante cenário no Brasil contemporâneo: mais de 23 mil jovens negros entre 15 e 29 anos são assassinados por ano. As séries do Mapa da Violência, feitas desde 1998 por Waiselfsz mostram a agudez desse quadro e no mapa de 2016, que trabalhou com



informações de 2014, um dado chama particularmente atenção: apesar dos jovens serem 26% da população total do Brasil, em 2014, eles foram 58% das vítimas de homicídios cometidos com armas de fogo. Desses jovens assassinados, 77% são negros (Waiselfsz 2016: 49 e 55). Para período de 2016 a 2020, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública inventariou que, entre os jovens de 09 a 19 anos, 80% das 35 mil mortes ocorridas neste período foram de adolescentes negros, a maior parte por armas de fogo e em crimes de rua.

Em 2010, o censo demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2010) mostra que entre os jovens que têm entre 15 e 29 anos, 53,5% trabalham, 36% estudam e 22,8% trabalham e estudam, simultaneamente. Contudo, apenas 16,2% dos jovens de todo o país chegaram ao ensino superior. A reduzida chegada ao ensino superior reflete o que ocorre nas séries anteriores: menos da metade da juventude brasileira, exatos 46,3%, concluíram o ensino médio e 35,9% têm sua escolaridade limitada ao ensino fundamental. Dados mais recentes do IBGE, baseados na Pnad 2019, sistematizados na pesquisa organizada e divulgada pelo Conjuve, definem que dos jovens entre 15 e 29 anos, no Brasil, 12% trabalha e estuda; 25% estuda e não trabalha; 39% trabalha e não estuda e 24% não estuda e não trabalha. Esses últimos jovens são conhecidos como integrantes da “geração nem-nem” e mais de 70% deles são do gênero feminino.

Só uma lembrança, o quadro de agravamento da evasão escolar no Brasil foi foco do Estatuto da Juventude em 2013 que na Seção II trata do tema “Do Direito à Educação” e em seu artigo 7º afirma: “O jovem tem direito à educação de qualidade, com a garantia de educação básica, obrigatória e gratuita, inclusive para os que a ela não tiveram acesso na idade adequada” (Estatuto da Juventude 2013). Essa definição, presente no Estatuto da Juventude, sobre o direito à educação é o reconhecimento de que no Brasil do século XXI a educação persiste como importante elemento de reprodução das desigualdades. Pesquisas feitas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2016) indicam que a escolaridade dos brasileiros ainda é muito baixa: entre 1995 e 2015, portanto em duas décadas, ela foi reduzida quase pela metade, mas a taxa de analfabetismo entre os jovens de 15 anos ou mais de idade ainda é grande: em 1995 era de 15% e em 2015 foi reduzida para 8%. Em outro giro, dados mais recentes informam que apenas 1% da população jovem brasileira possui pós-graduação e 13% ensino superior. O quadro de alta evasão escolar em todos os níveis, desde a educação básica até o ensino superior, ainda é grande desafio para melhoria da qualidade do ensino no Brasil e uma questão que merece reflexão aprofundada. Sabe-se que abandonam a escola os mais pobres, os negros e os moradores das regiões norte e nordeste do Brasil. Esse quadro de desigualdades foi agravado na atual pandemia.

## O SUBSISTEMA DA POLÍTICA PÚBLICA PARA JUVENTUDE

A literatura que aborda políticas públicas, cada vez mais, se utiliza de modelos teóricos baseados em subsistemas, compostos por redes e comunidades de políticas, ainda que o consenso a respeito desses conceitos não foi estabelecido. Segundo Capella e Brasil:

Para a análise de uma política, a literatura recente tem privilegiado a análise dos subsistemas, espaços que têm recebido diferenciados tratamentos teóricos ao longo das últimas décadas. Tal entendimento acerca dos subsistemas como dimensão integrante do grande sistema político tem permitido o desenvolvimento de uma extensa bibliografia em torno desses arranjos, suas características, composição e impacto na produção de políticas públicas (Capella e Brasil 2015: 59).

Em complemento, Adam e Kriesi (2010) apontam que os subsistemas se estruturam por meio da participação de uma grande quantidade de atores que tratam questões políticas específicas e estes atores, em interação, são oriundos do Estado, da sociedade e do setor privado.

Nosso entendimento é que as conferências se apresentam como espaços de articulação dos múltiplos interesses no interior do subsistema de políticas para a juventude e o Conselho de Juventude (CONJUVE) se apresenta como rede. Capella e Brasil (2015) iluminam o conceito de redes a partir dos escritos de Hecló (1978), indicando que, nas redes, a permanência dos diferentes grupos teria característica mais fluida e com maior rotatividade. O interesse material ficaria em segundo plano, com destaque para um comprometimento intelectual e emocional. O que une os componentes seriam a base comum de informação e compreensão sobre determinada política e a busca por resolução de seus problemas, conforme detalharemos a seguir.

É importante destacar que a Política Nacional de Juventude (PNJ), bem como o Projovem e outras políticas foram conquistas dos movimentos sociais vinculados ao setor da juventude que desde o final dos anos de 1990 buscavam apoio e pressionavam o poder público e o legislativo para elaboração e implementação de políticas específicas para esse grupo. Como descrevem Silva e Silva (2011: 668):

Atendendo às demandas apresentadas pela sociedade civil organizada e pela Câmara de Deputados, a Secretaria-Geral da Presidência da República formou, nesse mesmo ano, um Grupo Interministerial constituído pela representação de 19 Ministérios. Esse grupo encarregou-se de realizar um estudo sobre os programas e projetos federais existentes e de identificar as necessidades sociais, econômicas e culturais dos jovens brasileiros, com o propósito de subsidiar os debates para a construção da Política e do Plano Nacional de Juventude. Em junho de 2005, a criação da Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), do Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem, Lei nº 11.129), representou um novo momento para a juventude brasileira (Silva e Silva 2011: 668).

É possível afirmar que as políticas para a juventude ganharam ossatura após o ano 2000 na agenda do governo nacional e também das unidades subnacionais, ampliadas por demandas vindas da sociedade civil e instituições diversas. A construção da agenda pública foi instigada por indicadores negativos com jovens sendo as principais vítimas, principalmente, os índices de desemprego e os casos de violência contra jovens pobres. Concluindo o desenho institucional da política pública, a Lei no. 12.852 de 5 de agosto de 2013, instituiu o Estatuto da Juventude que dispõe, portanto, sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional da Juventude - SINAJUVE.

Tratar a especificidade de ser jovem é a grande conquista do Estatuto da Juventude em termos de legislação. O inciso IV dos Princípios, que efetua o “reconhecimento do jovem como sujeito de direitos universais, geracionais e singulares”, sintetiza o espírito do Estatuto e, ao mesmo tempo, soa como acusação a uma sociedade que não respeita a singularidade da juventude, não lhe garante os direitos universais e tampouco os específicos.

O Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) é anterior ao Estatuto, como já frisado. O Conjuve e demais conselhos estaduais e municipais da juventude são entendidos no Capítulo III, Artigo 45 do Estatuto, como “órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos do jovem”.

O significativo a se reter é que os conselhos de juventude são órgãos permanentes e autônomos, não jurisdicionais, encarregados de tratar das políticas públicas de juventude e da garantia do exercício dos direitos do jovem. Pressupõe a representação entre sociedade civil e governo, com a garantia mínima da paridade. O Estatuto, em seu Artigo 47, demarca a intersetorialidade com outras políticas ao definir que:

Sem prejuízo das atribuições dos conselhos de juventude com relação aos direitos previstos neste Estatuto, cabe aos conselhos de direitos da criança e do adolescente deliberar e controlar as ações em todos os níveis relativas aos adolescentes com idade entre 15 (quinze) e 18 (dezoito) anos. (Estatuto da juventude 2013: 35).

O Conselho Nacional de Juventude contribui na estruturação da política nacional de juventude, em forma de rede, com subsídios gerados nas reuniões ordinárias do conselho, nas conferências, nos encontros e seminários que reúnem a grupos comprometidos com a juventude brasileira. De acordo com o decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005 as atribuições do Conjuve são:

- I - propor estratégias de acompanhamento e avaliação da política nacional de juventude;
- II - apoiar a Secretaria Nacional de Juventude da Secretaria de Governo da Presidência da República na articulação com outros órgãos e entidades da administração pública federal direta e indireta, de Governos municipais, estaduais e do Distrito Federal e com as organizações da sociedade civil;
- III - promover a realização de estudos, debates e pesquisas sobre a situação juvenil, com vistas a contribuir na elaboração de propostas de políticas públicas;
- IV - apresentar propostas de políticas públicas e outras iniciativas que visem a assegurar e a ampliar os direitos da juventude;
- V - articular-se com os conselhos municipais, estaduais e do Distrito Federal e outros conselhos setoriais de juventude, para ampliar a cooperação mútua e o estabelecimento de estratégias comuns de implementação de políticas públicas de juventude; e
- VI - fomentar o intercâmbio entre organizações juvenis nacionais e internacionais (Decreto nº 5.490 2005).

Estas atribuições mostram que o Conselho de Juventude tem papel importante na dinâmica da formulação e avaliação da Política Nacional de Juventude, bem como exerce o papel de articular com diferentes entidades federativas e organizações juvenis a pauta de juventude no país. O Decreto 9024/2017, manteve o Conjuve com 2/3 de seus integrantes da sociedade civil e 1/3 de representantes do poder público, num total de 60 conselheiros, para o período 2017 -2019.

A representação do Conjuve 2017- 2019<sup>2</sup>, recebeu uma nova formatação no que corresponde à representação. Passou a ser de acordo com as grandes regiões do país (Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul) e por eixos de atuação. O que se constata é uma apresentação bastante plural, com entidades de expressão nacional na representação estudantil como União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional de Estudantes (UNE). Em comparação ao Conselho da gestão 2014 2016, o órgão “perdeu” a representação de entidades de efetivo compromisso com lutas mais amplas como o Instituto de Mulheres Negras, Geledés, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), a entidade sindical Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a representação de estudantes de pós-graduação, a Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG).

Os agrupamentos de viés político partidário de centro-direita ganharam maior expressão, na comparação. Verifica-se a titularidade da juventude do partido político do então Presidente da República, Michel Temer, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), que também tem representantes do seu núcleo de mulheres, o PMDB Mulher. Integram, ainda, o atual Conjuve representantes da juventude de um partido do campo da direita, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), os jovens da Diversidade Tucana, referência a forma como são chamados os membros do PSDB, os tucanos, que escolheram a ave como símbolo de seu partido. Há, ainda, um conjunto bastante grande de grupos de menor dimensão, mas fundamental na garantia da pluralidade da juventude em termos culturais e políticos. É possível reconhecer uma linha direta de tendência conservadora que saiu das jornadas de junho de 2013 e do movimento pelo *impeachment* da Presidenta Dilma. Os grupos mais conservadores se fortaleceram na ação e ocuparam posições no CONJUVE. Os jovens pobres da periferia permanecem sem representação neste espaço institucional, da mesma maneira que não estiveram nos protestos de rua.

<sup>2</sup> Confira a composição completa do CONJUVE em: [https://www.sbp.com.br/fileadmin/user\\_upload/Entidades\\_Eleitas\\_no\\_CONJUVE\\_2017.pdf](https://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/Entidades_Eleitas_no_CONJUVE_2017.pdf). Acesso em 20 set. 2019.

O segmento governamental é composto, além da Secretaria da Juventude, por representação de Ministérios que executam programas para a juventude. Há presença de organização conselhistas nos 26 estados da federação e no distrito Federal e em 400 municípios dos 5.658 existentes. A possibilidade de crescimento e interiorização desse desenho institucional é expressiva.

O quadro da participação institucionalizada finalmente se completa com as Conferências Nacionais da Juventude. Foram realizadas três grandes conferências nos anos de 2008, 2011 e 2015. As Conferências são chamadas pelos órgãos governamentais, normalmente em consonância com os respectivos conselhos gestores. Cria-se uma página própria da conferência na internet, com um texto base (justificativas, princípios, teses etc.). As conferências nacionais são recorrentemente precedidas por etapas municipais e/ou regionais e estaduais, com representações paritária, governamentais e da sociedade civil (em alguns casos, com representação de 60% da sociedade civil). As deliberações das etapas preparatórias são encaminhadas para o nível seguinte. Em todas as etapas, as inscrições ocorrem pelo ambiente virtual. Posteriormente, as resoluções e deliberações (texto final) ficam disponíveis nesse mesmo ambiente. Observe-se o quadro abaixo (tabela 1) quando apresentamos um cenário das três Conferências Nacionais da Juventude:

Tabela 1. Conferências Nacionais da Juventude

Conferências	Número de conferências preparatórias	Total do público envolvido	Delegados na Conf. Nacional	Lema
I - 2008	841 municipais e regionais 26 estaduais + distrito Federal	400 mil jovens	1.500 delegados	Levante sua bandeira
II - 2011	1555 municipais; 124 regionais; 199 territoriais e 122 livres 26 estaduais + distrito Federal	550 mil jovens	3 mil delegados	Juventude, Democracia, Participação e Desenvolvimento Nacional
III - 2015	405 municipais 26 estaduais + distrito Federal	600 mil jovens	2 mil delegados	As várias formas de mudar o Brasil

Fonte: organizada pelas autoras com base em Rocha e De Lócco (2017)<sup>3</sup>

Conforme sistematizado na tabela 1, a Conferência de 2008 teve sua etapa municipal em 841 municípios e a estadual em todos os estados da Federação e reuniu cerca de 400 mil jovens. A seguinte, de 2011, foi a mais mobilizadora, sendo realizada em 1555 municípios e, ainda, com etapas regionais e territoriais. A presença direta registrou o número de 550 mil jovens. A Conferência de 2015 aponta traços de recuo na mobilização/participação, sendo realizada em apenas 405 municípios. A data coincide com a crise política nacional e com o fortalecimento de agrupamentos à direita no espectro político-partidário. Outro elemento a se considerar foi a vitória nas eleições municipais de 2014 de prefeitos vinculados a siglas conservadoras, pouco simpáticos às práticas participativas, por considerarem-nas herança do Partido dos Trabalhadores (PT).

Essa dinâmica participativa é semelhante a de outras políticas públicas no Brasil, que adquiriam protagonismo nos movimentos pela redemocratização do país na década de 1980 e na elaboração da Constituição de 1988. O debate recente na Ciência Política trata das diferentes formas de participação da população em fóruns de formulação e implementação das políticas públicas como elemento de “inovação democrática”, diferente da democracia representativa clássica, mas distante, também, das modalidades de participação direta como referendos e plebiscitos (Gurza Lavallo e Isunza Vera, 2010).

<sup>3</sup> Rocha, H. S. e De Lócco, L. G. Análise comparativa dos mecanismos de participação na política de juventude do Brasil e do México. *Paper* apresentado.

É importante destacar que a participação política e social exercida por meio de Conferências Nacionais existe do Brasil de longa data, desde os anos de 1940. Contudo, boa parte desse modelo de participação ocorreu no período de 2003 a 2016, em ampla medida durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, ambos do PT. As conferências, em todos os níveis, guardam um forte efeito pedagógico, sobretudo, as que envolvem jovens recém iniciados ao universo da participação política.

Ao assumir o governo em 2019, Bolsonaro organizou uma ofensiva contra os conselhos, editando medidas que alteravam a sua composição de forma substancial ou os destruíam literalmente. O Conjuve se manteve ativo e está vinculado ao atual Ministério da Mulher, da Família e do Direitos Humanos. A 4ª Conferência Nacional da Juventude, que deveria ser realizada no final do ano de 2020, foi cancelada em razão da pandemia de COVID-19.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em março de 2013 a juventude brasileira perdeu uma das suas vozes mais expressivas, o músico Chorão, vocalista da banda *Charlie Brown Jr.*, formada nos anos de 1990 e que, nos anos 2000, fez muito sucesso com músicas que falavam das dificuldades de ser jovem em nosso país. Um conhecido hit da banda, *Não é sério*, lançada em 1997, tem um verso que diz assim: “*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem não é sério. O jovem no Brasil nunca é levado a sério*”. Chorão morreu antes de ver o Estatuto da Juventude ser promulgado no mês de agosto daquele ano de 2013, mas uma das mensagens de sua música caiu como profecia. Assim como Chorão e *Charlie Brown Jr* previam, os jovens no Brasil quiseram falar a sério sobre sua condição, o doloroso cenário das desigualdades que lhes afeta diretamente e sobre seus direitos, nesse sentido, o Estatuto da Juventude é uma conquista recente e importante, mas considera só “um terço do problema”, como completa a canção: “É o sistema que tem que mudar. Não se pode parar de lutar. Senão não muda. A juventude tem que estar a fim. Tem que se unir...”

Em parte, as manifestações de 2013 indicam que o que foi preconizado no conjunto da legislação - considerar os jovens em toda sua complexidade e diversidade como sujeitos de direitos universais, geracionais e singulares - não se materializou nas ações governamentais e nas práticas sociais cotidianas. Por isso, o futuro incerto demanda a organização da juventude em espaços existentes e conquistados por meio de ampla mobilização.

Nosso objetivo foi evidenciar a diversidade de formas de ser jovem no Brasil contemporâneo e registrar as modalidades de mobilização da juventude brasileira no século XXI, bem como as múltiplas demandas impactam nas articulações institucionalizadas no subsistema de política para a juventude, incluindo a análise do papel das Conferências Nacionais e do Conselho Nacional da Juventude. Os caminhos a serem trilhados permanecem árduos e indefinidos.

A ausência de políticas públicas transversais - emprego e renda, segurança pública, igualdade racial, política para mulheres, educação, saúde, cultura, entre outras - que tratem a juventude em sua totalidade e que garanta proteção e empoderamento está distante de sua efetivação. O que temos de concreto é uma sociedade que enxerga jovens e adolescentes como um problema social, considera a punição como o caminho a ser seguido e sistematicamente se omite em relação as ações violentas praticadas contra a juventude negra e periférica.

## REFERÊNCIAS

1. Adam, S. y Kriese, H. “Redes y subsistemas de políticas. Cambio a lo largo del tiempo”. Teorías del proceso de las políticas públicas. Ed Sabatier, P. Buenos Aires: Westview Press. 2010. pp. 139-166.
2. Amorin, R.H.P. “O Jovem, o estatuto da juventude e a Emenda Constitucional 65”. *Âmbito Jurídico*. Rio Grande, XIV, n. 93, out 2011. s.p Web:[http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=10545](http://www.ambitojuridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10545). 22 jul. 2017.
3. Barbosa G. H. e Kerbauy, M. T. M. Os protestos de junho de 2013: movimentos sociais e reivindicações. *Paper* apresentado no 10º. Encontro ABCP, 2016.
4. Bourdieu, P. “A juventude é apenas uma palavra”. *Questões de Sociologia*. Comp. Bourdieu, Pierre. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero. 1983. pp.112-121.
5. Brito, F.” Transição demográfica e desigualdades sociais no Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos Populacionais*. [São Paulo]: 2008. v. 25.n.1: 5-26.
6. Capella, A. C. e Brasil, F. “Análise de políticas públicas: uma revisão da literatura sobre o papel dos subsistemas, comunidades e redes”. *Novos Estudos [Cebrap]* 2015 n.101: 57-76. s.p Web: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002015000100057&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-33002015000100057&script=sci_abstract&tlng=pt). 29 jul. 2020.
7. Carvalho, José Murilo. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 18ª edição, 2014.
8. Censo Demográfico 2010. Brasil: IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2010. s.p Web: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default\\_atlas.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default_atlas.shtm). 10 ago. 2017.
9. Decreto nº 5.490, de 14 de julho de 2005. Brasília: Câmara Dos Deputados. 2005. s.p Web:<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5490-14-julho-2005-537837-normaatualizada-pe.pdf> 10ago. 2017.
10. Diógenes, G. “Juventude, exclusão e a construção de políticas públicas: estratégias e táticas”. *Política e afetividade: narrativas e trajetórias de pesquisa*. Orgs. Mendonça Filho, M. e Nobre, Mt. Salvador: EDUFBA; São Cristóvão: EDUFES. 2009: 368. Web: <http://books.scielo.org/id/3w52w/pdf/mendonca-9788523208974-12.pdf> 29 jul.2020.
11. Estatuto da juventude: atos internacionais e normas correlatas. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas. 2013. s.p Web:<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509232/001032616.pdf?sequence=1>. 10 ago. 2017.
12. Gonzales, Z.K. e Guareschi, N. M. F.” Discursos sobre juventude e práticas psicológicas: a produção dos modos de ser jovem”. *Rev.latinoam.cienc.soc.niñez.juv [Universidad de Manizales]* 2008. 6(2): 463-484. Web: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IisScript=iah/iah.xis&src=google&base=ADOLEC&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=559122&indexSearch=ID>. 29 jul. 2020.
13. Gurza Laval, A e Isunza Vera, E. “Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México”. *Novos estudos [CEBRAP São Paulo]*: mar. 2012 n. 92: 105-121. Web:[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010133002012000100007&lng=pt&tng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010133002012000100007&lng=pt&tng=pt). 13 jul. 2017.
14. Hecló, H. “Issue networks and the executive establishment”. *The new American political system*. Ed. King, Anthony. Washington, DC: American Enterprise Institute for Public Policy Research. 1978.

15. Juventude levada em conta - demografia. Brasília: SAE - Secretaria de Assuntos Estratégicos. 2013. s.p Web: [file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Juventude-Levada-em-Conta-ebook%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Windows%2010/Downloads/Juventude-Levada-em-Conta-ebook%20(1).pdf). 22 jul. 2017.
16. Maricato, E. “É a questão urbana, estúpido!”. Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. São Paulo. Ed. Boitempo e Carta Maior. 2013. pp. 19 - 26.
17. Maricato, E. “Urbanismo na periferia do mundo globalizado. Metrôpoles Brasileiras”. São Paulo Em Perspectiva [São Paulo]: 2000. 14(4) 2000: 21-33. Web: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392000000400004](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392000000400004). 29 jul. 2020.
18. Oliven, R. Urbanização e Mudança Social no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein. 2010. s.p Web: <http://books.scielo.org/id/z439n>. 20 jul. 2017.
19. Pesquisa Juventudes e a Pandemia de Coronavírus. Brasília: Relatório de resultados CONJUVE. 2020. s.p Web: [https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618\\_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf](https://4fa1d1bc-0675-4684-8ee9-031db9be0aab.filesusr.com/ugd/f0d618_41b201dbab994b44b00aabca41f971bb.pdf). 29 jul. 2020.
20. Retratos das Desigualdades de Gênero e Raça - 20 anos. Brasil: IPEA - Instituto de Pesquisa Aplicada. 2016. s.p Web: <http://www.ipea.gov.br/retrato/indicadores.html>. 22 jul. 2017.
21. Sáenz, Rodolfo Canto. “Movilización de los desfavorecidos: condición del desarrollo humano y sostenible “. Estudios Políticos [Universidad Nacional Autónoma de México, Facultad de Ciencias Políticas y Sociales, Centro de Estudios Políticos]: 2017. novena época, núm. 45 (septiembre-diciembre, 2018): 83-112.
22. Scherer-Warren, I. “Manifestações de rua no Brasil 2013: encontros e desencontros na política”. Caderno Crh. [Salvador]: maio/ago 2014. v. 27, n. 71: 417-429.
23. Silva, R.S. & Silva, V. R.” Política nacional de juventude: trajetória e desafios”. Caderno Crh [Salvador]: 2011. v. 24, n. 63: 663-678.
24. Souza, C. & Paiva I. L. “Fases da juventude brasileira”. Estudos de Psicologia [Campinas]: set/dez. 2012. 17(3): 353-360. Web: <https://www.scielo.br/pdf/epsic/v17n3/02.pdf> 29 jul. 2020.
25. Sposito, M. P. “Estudos sobre juventude em educação”. Revista Brasileira de Educação. [Rio de Janeiro]: mai/jun/jul/ago. 1997. n.5: 37-52.
26. Sposito, M. P. “Transversalidades no estudo sobre jovens no Brasil: educação, ação coletiva e cultura”. Educação e Pesquisa. [São Paulo] 2010. v.36, n. especial: 095-106. Web: <https://www.scielo.br/pdf/ep/v36nspe/v36nspea08.pdf> 29 jul. 2020.
27. Sposito, M. P. e Carrano, P. C. R. “Juventude e políticas públicas no Brasil”. Revista Brasileira de Educação. [Rio de Janeiro]: set/out/nov/dez. 2003 n.24. s.p Web: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a03.pdf> 29 jul. 2020.
28. Taketi, B.A. “Juventude(s), modos de subjetivação e violência: Um diálogo com aportes de Michel Foucault”. Psicologia social e pessoalidade. Orgs. Spink, Mjp; Figueiredo, P. e Brasilino, J. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais; ABRAPSO. 2011. pp. 59-75. Web: <http://books.scielo.org/id/xg9wp/pdf/spink-9788579820571-06.pdf> 29 jul. 2020.
29. Vainer, C.” Quando a cidade vai às ruas”. Cidades Rebeldes. Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas no Brasil. Maricato, E. [et al.] São Paulo: Ed. Boitempo e Carta Maior. 2013. pp. 35 - 40.
30. Waiselfsz, J. J. Mapa da Violência 2016. Homicídios por Arma de Fogo no Brasil. Flacso Brasil. s.p Web: [http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016\\_armas\\_web-1.pdf](http://flacso.org.br/files/2016/08/Mapa2016_armas_web-1.pdf) 29 jul. 2020.